

# Direitos humanos

21 MAR 1997

A recente decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de criar a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos rompe a crônica indiferença do poder público em relação às garantias essenciais a que têm direito todos os cidadãos. Ofensas à dignidade da pessoa resultam, aqui, de deformidade cultural histórica, que anestesia os sentimentos de respeito aos direitos fundamentais e admite as relações violentas da sociedade como estigma fatal. Os próprios agentes do Estado são os principais responsáveis pelas constantes violações às prerrogativas da cidadania.

E os alvos, de regra, costumam ser aqueles para os quais os órgãos do poder político deveriam dirigir ações prioritárias, os excluídos pela ignorância, enfermidades, velhice, abandono e ociosidade forçada. Em tal procissão de miseráveis figuraram em primeiro lugar os meninos de rua, a maioria exposta à fúria de assassinos peitados pela demência de espíritos violentos e, não raro, à repressão brutal da própria polícia.

Massacres como o da Candelária, em julho de 1993, espantam pela ferocidade e caráter genocida da ação. Mas é rotineiro no Brasil a morte violenta de crianças e adolescentes. E a violência não se manifesta apenas na brutalidade das agressões, mas, também, nas condições subumanas em que vive, ou melhor, deixa de morrer, contingente apreciável da população infantil.

As estatísticas no Brasil ainda padecem

de vícios nos processos de captação da realidade social e na projeção de seus efeitos sobre o conjunto da sociedade. Mas a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística garante que entre a população jovem, cerca de 60 milhões de pessoas com idade inferior a 17 anos, algo em torno de 18 milhões de crianças e adolescentes vivem em famílias com renda média *per capita* de um quarto de salário mínimo, no máximo.

Trata-se de sobrevivência abaixo da linha absoluta de pobreza. É uma situação, pois, carregada de violência extrema, apta a desencadear a delinquência e a exclusão social em dimensões alarmantes. O restabelecimento de uma cota mínima de dignidade para párias do gênero exige mobilização gigantesca de recursos governamentais, conscientização da sociedade e ação política decidida.

Não cabe no prazo de uma só geração e na perspectiva de uma única gestão política desatar um dilema social de tamanha magnitude. Mas convém não esquecer que é indispensável universalizar o acesso à educação, à saúde, à assistência social, ao trabalho, aos equipamentos urbanos funcionais, enfim ao exercício pleno da cidadania, para que se alcance um mínimo de igualitarismo na distribuição dos bens sociais. A criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos poderá ser um bom começo, se buscar inspiração nas causas estruturais que produzem a violência.